

AFROS & AMAZÔNICOS



AMAZÔNIA(S) NA POLIFONIA DOS DISCURSOS E NAS PRÁTICAS DE OCUPAÇÃO

Amazon(s) in the Polyphony of Discourses and Occupation Practices

*Maria do Socorro de Sousa Araújo**

Resumo: Este artigo trata da ocupação recente da Amazônia brasileira, notadamente no que concerne às concepções com as quais os agentes sociais constroem múltiplas experiências. De maneira geral, o mundo amazônico constitui-se por um emaranhado de imagens que foram se formulando ao longo dos últimos cinco séculos, tanto por visitantes diversos, viajantes exploradores, “homens de negócios”, aventureiros, emissários reais, militares, religiosos etc., e mesmo pelas populações nativas tradicionais (ou não) que no coletivo de suas singularidades culturais ajudam a construir lugares simbolizados ora pelo exotismo, ora pela exuberância. Assim, apresentamos um mapeamento da Amazônia brasileira, durante o século XX, com abordagens em três “tempos oficiais”, que apesar de características distintas dizem do *abrasileiramento* dos territórios amazônicos, em nome de uma disseminada “unidade nacional”. Na tríade demarcada pelas Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (Primeira República), pela Marcha para o Oeste (Era Vargas) e pelo Plano de Integração Nacional (governos militares), estão os propósitos de modernidade, civilidade e disciplinarização dos múltiplos espaços e das distintas populações.

Palavras-chave: Amazônia; Sertões amazônicos; Amazônidas; Colonização.

Introdução

A Amazônia é um espaço humano plural, de muitas vivências acumuladas e por isso mesmo, de muitas condições plurais onde populações nativas e/ou migrantes conviveram e continuam convivendo com a diversidade sócio-político-cultural e as adversidades próprias do lugar a pelo menos cinco séculos de história. Grosso modo, Amazônia é um termo que enuncia lugares e circunstâncias como, por exemplo, floresta tropical, selva, floresta equatorial e/ou pluvial, lugar longínquo, espaço indígena, natureza indomada, pulmão do mundo, etc. Geograficamente, é uma parte do continente americano constituída por uma imensa floresta úmida que compõe a Bacia Fluvial Amazônica, cujo tamanho atinge cerca de sete milhões de quilômetros quadrados. Parte da dimensão continental desse território pertence ao Brasil

(60%), e os outros 40% do território e do multiculturalismo é partilhado entre Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Decorrentes das produções científicas (séculos XVIII e XIX), os determinismos foram procedimentos capazes de explicar bio-tipos e condutas humanas. No caso da Amazônia, as condições ambientais/climáticas eram suficientes para que europeus conferissem qualidades depreciativas às populações nativas, concebendo-as como inconfiáveis, preguiçosas e indolentes. A floresta tropical também identificada como selvagem e primitiva era pensada como lugar de incivilizados, rudes, grosseiros, incultos, insensíveis, etc., o que ajudava a estabelecer estágios de desenvolvimento humano – pensamento predominante dos naturalistas europeus – numa linha evolutiva que ia do primitivo ao moderno.

Por serem esses os referenciais impostos ao mundo ocidental e pelo fato desses conhecimentos passarem pela propalada *verdade das ciências*, coube ao “Novo Mundo” e, especialmente, às

* Docente do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Mestrado em Ensino de História (Profhistória) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Possui Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



populações nativas a chancela de povos atrasados que habitavam lugares tomados como exóticos. A dimensão e consistência desses saberes foram tão eficazes que em certa medida continuam alimentando muitas falácias no século XXI.

Essa compreensão-verdade europeizada e estereotipada, que determinou graus da condição humana, atravessou os tempos. Investigando a compreensão da “gente de fora” sobre o ritmo dos seringueiros da Amazônia, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil vendia borracha aos Estados Unidos para que estes se fortalecessem nas frentes de combate, Garfield constatou o seguinte:

Em 1940, William La Varre, membro da *Royal Geographical Society* e da *American Geographical Society*, observou, a respeito da sua jornada nas florestas tropicais da América do Sul: “A selva não é amiga de ninguém. Alguns homens ficam loucos lá. Loucos com a escuridão, loucos com o calor, loucos com quarenta dias de chuva, loucos consigo mesmos”. No seu *Let’s See South America* (1939), Anna Witherspoon se maravilhava com a “grande variedade e a abundância de vida animal e vegetal” nas florestas tropicais, mas reclamava que “o clima quente e a natureza induziam à preguiça”, que os homens trabalhavam “apenas o suficiente para prover suas necessidades básicas. Eles são despreocupados e irresponsáveis”. (Numa pesquisa do final de 1940 feita pelo *Office of Public Opinion*, os entrevistados tiveram de escolher, entre dezenove adjetivos, aqueles que melhor descreviam *todos* os habitantes das Américas Central e do Sul: entre 40 e 50% escolheram “destemperados”, “emocionais”, “supersticiosos”, “atrasados”, “preguiçosos”, “ignorantes” e “suspeitos”, enquanto apenas 5% escolheram “eficientes”). (GARFIELD, 2009, p. 34)

Reiteradamente, essas concepções foram tão bem sedimentadas que na atualidade facilmente encontramos pessoas reprovando a cultura indígena e a demarcação de suas terras porque pensam assim: “o índio não trabalha, é um preguiçoso e, portanto, se não vai produzir nada não precisa de tanta terra”, ou ainda “aqui só não vai pra frente porque tem esses índios

que não fazem nada o tempo inteiro”. Esses discursos – que não são poucos e pronunciados não somente por leigos – estão pautados pela idealização de um progresso linear, *coisificado*, que atribuem limitações cognitivas às populações nativas.

Na modernidade, o processo civilizatório e a busca pelo acúmulo de riquezas materiais se deram a partir da dominação mercantil incluindo a “domesticação” de lugares, produzindo os colonizadores de um lado e os colonizados na outra ponta das operações; a partir disso, as práticas de *civilidade* instauraram conflitos interétnicos e estabeleceram confrontos em torno da exploração/apropriação de recursos naturais, sobretudo, em terras latino-americanas.

Segundo Gonçalves (2005, p. 40), os espaços, recursos naturais e populações da Amazônia brasileira correspondem à cerca de 50% da extensão territorial do país, e possuem um imenso reservatório de recursos naturais que provoca muita cobiça aos diversos interesses nacionais e internacionais, sejam políticos e/ou empresariais. As várias maneiras empregadas no uso-usufruto-apropriação-exploração das terras e riquezas naturais têm contribuído para debilitar a vida das populações nativas como patrimônio e agentes culturais amazônicos, especialmente, na segunda metade do século XX.

Mineradores, fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, índios, caboclos ribeirinhos, extrativistas, pequenos produtores, militares, grandes e médios empresários, funcionários públicos, garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, posseiros, retireiros, comerciantes e comerciantes, religiosos, ambientalistas, ecologistas, estudiosos e cientistas são agentes que atuaram e continuam agindo, tentando estabelecer suas *verdades* sobre a Amazônia. Seja por confrontos abertos ou por alianças e de forma explícita ou dissimulada, há uma pluralidade de discursos e práticas cotidianas que produzem todo tipo de imagem *da* e *sobre* a Amazônia, que atravessam séculos.



Os espaços amazônicos sempre foram habitados por populações nativas e outras que aprenderam a lidar com as adversidades da natureza para dela se sustentarem. Mesmo portadores de conhecimentos específicos dos usos, manejo e monitoramento da floresta e de outros recursos naturais, quando os interesses dos “de fora” estão voltados para a exploração de riquezas, esses povos são negligenciados pelos *novos ocupantes* e pela Nação. Não é de se estranhar também que alguns conhecimentos científicos patenteados por seus autores, que circulam no mundo acadêmico, tenham tido sua base empírica no contato com esses povos, nas suas experiências de vida e na apropriação de seus saberes. As *drogas do sertão*¹, por exemplo, têm fomentado parte do conhecimento e do progresso nacionais. Nessa perspectiva, Gonçalves diz que:

Qualquer engenheiro florestal, zoólogo, botânico, geógrafo ou geólogo sabe o quanto dependem do conhecimento dessas populações para realizar suas pesquisas, para identificar espécies de animais e vegetais, conhecer seus hábitos. Muitos doutores sabem que suas teses deveriam partilhar a autoria com muitos caboclos da Amazônia. [...] Qualquer pesquisador da área de ciências naturais sabe o quanto as suas teses sobre a Amazônia dependeram do saber dessas populações indígenas, caboclas, extrativistas. (GONÇALVES, 2005, p. 39-40)

As análises de Gonçalves tratam das formas de apropriação indevida de conhecimentos empíricos subsidiando estudos acadêmicos (ou não) e, posteriormente, sendo transformados em *verdades acabadas*, sem o reconhecimento da fonte primária. Na perspectiva dos propósitos a que se destinam, os resultados podem gerar um efeito devastador levado a cabo por duas circunstâncias: uma é a condição de legitimidade que o conhecimento adquire

1. “Drogas do sertão” foi uma nomenclatura atribuída aos produtos nativos tropicais, oriundos dos sertões brasileiros e inexistentes nos circuitos europeus. Pela condição singular que apresentavam esses produtos (castanhas, guaraná, urucum, cravo canela, baunilha, entre outros), se equiparavam às especiarias orientais para os exploradores europeus, ou não.

pelo lugar de produção seja pela profissão, posto de ensino ou por uma categoria de letrados que, “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” Michel de Certeau (2000, p. 67); a outra, passa pelas formas de aplicabilidade do conhecimento elaborado e o uso de aparatos tecnológicos sofisticados.

Os olhares (da modernidade) sobre a Amazônia, em geral, parecem não reconhecer a autonomia das populações nativas que elaboraram (e continuam) um jeito próprio de viver e, em função disso, é inevitável que estas sejam sempre tratadas na condição de tuteladas. Nessa ótica, os povos da floresta são considerados incapazes de projetar a Amazônia para o Brasil. As políticas oficiais tinham e continuam tendo essa concepção, por isso, as autoridades governamentais tomadas pela ideia modernizadora de gestão de pessoas e de lugares entenderam como indispensável criar instâncias de poderes específicos para o gerenciamento da Amazônia. Dessa forma, há mais de um século, a criação de órgãos públicos e programas oficiais são anunciados prometendo desenvolvimento e civilidade para a Amazônia.

Os sertões amazônicos “amansados” e brasileiros

No decorrer do século XX, os governos brasileiros mostraram preocupações geopolítica e econômica com a Região Amazônica, através de discursos e práticas que enfatizavam a integração nacional, ou seja, o Brasil republicano começou a se preocupar não apenas com seu desenho geográfico e menos ainda com a pluralidade cultural disseminada por toda sua extensão, mas com a possibilidade de (re) conhecer e delimitar melhor os territórios e transformar a natureza em riquezas nacionais. Essa condução política pode ser pensada em três ações distintas que, no entanto, estabelecem entre si uma correspondência direta com a ideia de moderni-



zação e desenvolvimentismo: as Linhas Telegráficas, a Marcha para o Oeste e o Programa de Integração Nacional (PIN).

O Brasil entrou no século XX embalado por uma república prestes a ser edificada, sob a ótica de duas concepções: de um lado, o liberalismo defendido pelos ruralistas cafeicultores, que viam nos princípios federalistas a forma de assegurar seus propósitos político-econômicos; de outro, o positivismo defendido, sobretudo pelos militares do Exército que tinham na figura do general Benjamim Constant B. Magalhães (1836-1891), sua expressão maior. Pela filosofia de Augusto Comte, o trabalho pedagógico de Constant se preocupava com a educação dos espíritos, pois esse seria o método de produzir uma organização da sociedade no *estado positivo* da ordem do progresso.

No início da República, a modernização significava a necessidade de lugares, povos e riquezas naturais, pouco ou nada conhecidos, serem rastreados e incorporados à nação através dos sistemas de transportes ferroviários e redes de comunicação, visando ao desenvolvimento e progresso sócio-político-econômicos, que significavam, sobretudo, uma incorporação prática da Amazônia à nação brasileira. Já nas primeiras décadas do século, o trabalho das comunicações e (re)afirmação das fronteiras tiveram a ação efetiva do então militar do Exército Cândido Mariano da Silva Rondon, cujos trabalhos por ele chefiado catalogaram fauna, flora, rios e populações indígenas, instituíram comportamentos, geograferam territórios e propagaram um ideário nacionalista.

No final do século XIX, como afirmou Arruda (2006, p. 129), a natureza tornou-se “o depositário de um sentido comum de pertencimento. As narrativas sobre o espaço, especialmente as da geografia e da história, empregaram enorme esforços na delimitação e individualização das culturas e do território particularmente quando em confronto com outros territórios e culturas fronteiriças”. Nesses termos, o

sertão² era o espaço inculto e, para além disso, o amazônico seria concebido como primitivo e selvagem que conservaria uma gente indomável. Então, “civilizar” a Amazônia para fazer parte da República era o grande desafio.

A instalação de sistemas de comunicação e transportes mais eficientes sempre esteve na pauta dos debates sobre políticas de desenvolvimento e, com eles, os projetos de povoamento e ocupação das regiões interioranas, incluindo as indígenas. Os insistentes discursos de parlamentares do “norte” ressaltando os riscos de invasão das fronteiras e/ou conflitos entre índios e migrantes, bem como a imperiosa necessidade de acabar com o “isolamento” da região amazônica, levaram Cândido Rondon a se colocar como o representante mais oportuno para oficializar esse compromisso com a nação.

Os estudos *científicos* e as Linhas Telegráficas, estendidas entre os estados de Mato Grosso e Amazonas pela Comissão Rondon, no começo do século XX, posteriormente, contribuíram para acelerar outros investimentos em modernização e civilidade como, por exemplo, a fundação de cidades e a exploração do subsolo. Na segunda metade do século, as intensas derrubadas da floresta para formar campos de pastagens, a abertura de estradas retalhando as terras dos índios e caboclos, bem como a utilização das águas para as hidrelétricas, completam o circuito desenvolvimentista pensado para a Amazônia.

Em 1906, já existia a construção de 1.667 quilômetros de linhas e dezesseis estações concluídas, o que rendeu ao comandante Rondon uma incumbência mais abrangente: a chefia da Comissão Estratégica de Instalação de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas³, em 1907.

2. O termo sertão está sendo tratado aqui como uma categoria que expressa o espaço da incivilidade, no qual a natureza ali posta assinala os limites entre o *eu* e o *outro*, o civilizado e o bárbaro, o progresso e o atraso.

3. A Comissão Rondon era composta de militares letrados como engenheiros, médicos, botânicos, zoólogos,



Entre outros povos indígenas como os Paresi, Bororo, Nhambiquaras, Ariti, etc., vários jovens foram “preparados” para os ofícios do telégrafo. Os relatórios da Comissão Rondon dão a conhecer os resultados dos trabalhos e, principalmente, o homem-chefe que construiu sua experiência naturalista-militar nos sertões amazônicos, rastreando o que julgava ser importante para si e para a nação. A oportunidade de chefiar as Linhas Telegráficas lhe possibilitou executar, na prática, os conhecimentos científicos adquiridos no Rio de Janeiro, e os sertões amazônicos se colocaram, então, como seu laboratório experimental.

Falar em modernização *da e/ou para* a Amazônia brasileira no século XX, é pensá-la à luz de uma idealização, na qual se inclui uma entranhada relação de tempos e movimentos. Isso não quer dizer uma transição entre o “velho” e o “novo”, mas é preciso compreendê-la a partir de múltiplas transformações transpassadas pelo ser e o devir, pelo ter e a possibilidade do acumular, pelas transmutações dos lugares, dos indivíduos e das vivências.

A “Marcha para o Oeste” e a marcha na Amazônia

Na vigência do Estado Novo (1937-1945) o governo de Getúlio Vargas lançou o Projeto “*Marcha para o Oeste*” com o intuito de promover uma integração econômica entre os sertões amazônicos e os centros urbanos do sudeste do país, ocasionando um novo desenho demográfico ao criar Colônias Agrícolas⁴ e estimular vá-

matemáticos, biólogos, além de soldados iletrados e também de civis como fotógrafos, tropeiros, guias, informantes, “piloteiros”, cozinheiros, etc. O primeiro grupo tinha função de comando e atividades geomorfológicas e demográficas, entendidas aqui como um conjunto de ações embasadas em saberes científicos e procedimentos técnicos e artísticos, visando à produção de conhecimentos oriundos da exploração racional de lugares e recursos naturais e das populações amazônicas; o segundo grupo se encarregava de serviços braçais como, por exemplo, a abertura dos picadões nas matas e abastecimento das tropas.

4. Cf. Barrozo (2008), além da Colônia Nacional de Ceres (GO) e Dourados (MT), as outras eram: Cango (GO), Bela Vista (AM), Monte Alegre (PA), Barra do Corda (MA), Oeiras (PI) e General Osório (PR).

rios deslocamentos populacionais. Propagandeado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Marcha tinha como premissa um modelo de minifúndios agrários a partir de distribuição de pequenos lotes de terra a agricultores pobres, pois assim valorizava o trabalhador nacional.

Numa equiparação às Bandeiras do século XVIII e XIX, articulada principalmente por Cassiano Ricardo,⁵ a Marcha era concebida como um programa de “redenção dos sertões” e se anunciava como forma de “revalorização da Amazônia”. Na esteira do progresso econômico, a abertura de uma malha viária era fundamental tanto para o escoamento da produção das Colônias quanto para viabilizar os deslocamentos migratórios. Consideramos esse movimento para o Oeste como a segunda frente demarcatória da integração nacional.

Os fluxos migratórios (litoral-sertão) soava como uma *sábia* decisão governamental nas palavras de Péricles M. Carvalho, então diretor do Departamento Nacional de Imigração, em 1941, ao dizer que

quem examinar o panorama que nosso país oferece no momento [...] vê, com pesar, que durante longos anos se processou no país o inverso do objetivo colonizador, na marcha lenta e assustadora da população rural para as cidades litorâneas do leste. (*apud* SECRETO, 2007, p. 119)

Isso nos permite dizer que a estratégia preventiva de realocar/reconduzir os sertanejos ao campo representava um alívio político para o governo, evitando, dessa forma, possíveis focos de tensões sociais urbanas.

Essa percepção foi textualmente registrada por Vargas ao lembrar e reafirmar os benefícios trabalhistas, como “presente” do Estado Novo aos trabalhadores urbanos, e que poderia se estender aos camponeses:

5. Cassiano Ricardo foi um intelectual paulista ligado a Getúlio Vargas e ao projeto do Estado Novo, escreveu o livro *Marcha para o Oeste* (1940), defendia o bandeirismo moderno como meio de construção da “brasilidade”, a partir da ocupação do interior do país – o oeste.



se não o fizermos, corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e ao superpovoamento das cidades, desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva. [...] Não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria num país onde vales férteis, como a Amazônia, permanecem incultos, e despovoados de rebanhos, de pastagens soberbas como as de Goiás e Mato Grosso.⁶

O governo Vargas dispunha do próprio texto constitucional para abonar iniciativas de interiorizar o Brasil, ou seja, os sertões desabitados deveriam ser ocupados a partir de uma política de povoamento e o aproveitamento racional das terras públicas pelo trabalho de colonos. A atividade agrícola era política do Estado que deveria fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização, frente ao imigrante *chegado* de outros mundos.

O historiador Alcir Lenharo (1986) investigou discursos e práticas que inventaram e embalsamaram a Marcha e assinalou o sentido desta como “a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento.” (Idem, p. 15). Assim, os desdobramentos do *povo em marcha* pelos sertões representariam o empenho em fortalecer a incorporação da Amazônia ao Brasil – pela unidade nacional – e, portanto, a etapa do “revestimento” da nação constituída por uma estética político-territorial, engendrada pelos propósitos do governo e do Estado.

Além das Colônias Nacionais Agrícolas, o Estado Novo tentou (re)vitalizar a produção da borracha, sobretudo, em função dos acordos comerciais e diplomáticos

6. Trecho do discurso do então presidente Getúlio Vargas, como parte das comemorações do Dia do Trabalho, proferido no Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1o de maio de 1941. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: Fundo Agência Nacional – (Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP), série Noticiário, sub-série Imprensa, Lata no 494.

firmados com os Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial. A criação do Banco de Crédito da Borracha visando retomar o aumento da produtividade do látex para exportação e a instalação do *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia* foram iniciativas governamentais visando revigorar o movimento dos seringueiros amazônicos, que obtiveram melhores rendimentos até a primeira década do século XX. Mesmo que de um lado houvesse o crédito e de outro os braços recrutados, também conhecidos como os Soldados da Borracha, as investidas não foram suficientes para evitar uma retração na produtividade do látex, sobretudo, quando se deu o aparecimento da borracha sintética.

No seu segundo mandato (1950-1954), Vargas criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), com a finalidade de incrementar a produção agrícola e o extrativismo, aproveitar a fertilidade das várzeas, explorar os recursos minerais, desenvolver a industrialização de matérias-primas, ativar a navegação e melhorar os portos e incentivar o conhecimento científico pelas pesquisas (BARROZO, 2008, p. 18). Ao que observamos, as atitudes governamentais agilizavam mecanismos para que a Amazônia se tornasse uma *unidade federada* e consistente para a Nação e assim, de fato, fizesse parte do Brasil produtivo. Porém, para além da serventia de “currais” onde pudessem acomodar os *rebanhos humanos* levados de outros lugares do país, tomar assento no mosaico nacional significava também não uma autonomia política, mas uma autossuficiência econômica.

Territórios amazônicos: modernidade e militarismo em ação

A terceira operação oficial para “nacionalizar” a Amazônia brasileira foi colocada em prática pelos governos militares, durante o regime ditatorial, entre as décadas de 1960 e 1980. Distintamente das ações/preocupações de governos civis, os comandantes militares lançaram campanhas ufanistas, anunciando uma integração nacional que se contrapunha a um



suposto perigo de “internacionalização” da Amazônia. A essa unidade de nação se incorporavam discursos de desenvolvimento e progresso que prometiam respostas aos problemas sócio-econômicos de populações pobres, sobretudo as oriundas do flagelo das secas do nordeste.

De todos os projetos de ocupação da Amazônia, o da ditadura civil-militar (1964-1985) foi o mais intenso (e o mais contraditório) e tratou de assenhorear-se das terras, das águas, das florestas, do subsolo e dos povos dos sertões amazônicos. Contrapondo-se à invenção do argumento “internacionalização da Amazônia”, arranjado por um discurso eminentemente ufanista, inscrito na propaganda *Integrar para não Entregar*⁷, os governos militares retomaram a ideia de ocupação dos territórios amazônicos, de forma que a região deveria se tornar *mais produtiva* para o estado brasileiro, o que iria contribuir com a ideia de nação grande e vigorosa; num tom de continuidade e em nome de uma unidade nacional, outras *marchas* foram formalizadas em direção às terras amazônicas.

O legado teórico da Escola Superior de Guerra (ESG) combinado com a ideia de um estado regulador e assistencialista levaram os governos militares a se conduzirem pelo que chamavam de “segurança com desenvolvimento”, aportada nos ditos da Doutrina e da Lei de Segurança Nacional⁸. No leque dessas combinações, o discurso da integração nacional retomava assento mais abrangente e mais convincente

7. Esse slogan foi criação e lançamento do primeiro presidente do regime civil-militar, então general Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1966, enunciando a ocupação e exploração da Amazônia brasileira e instigava programas governamentais como, por exemplo, o Projeto Rondon que se notabilizou com esse lema.

8. Princípios militares, oriundos da Guerra Fria/EUA para conter o avanço soviético sobre o ocidente, que preceituam a proteção do Estado contra o “inimigo interno”. A Doutrina teve como idealizadores os militares Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1934) e Golbery do Couto e Silva (1964), ocasionando a Lei de Segurança Nacional e tornando-se o fundamento “legal” que justificava qualquer ação civil-militar contra a subversão da lei e da ordem em vigor. Ver: FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar. 2001, p. 37-42.

para um grande público porque racionalizava o planejamento oficial de grandes projetos de investimentos e os disseminava através das redes de comunicação de massa. No dizer de Oliveira, o planejamento das ações foi assim trabalhado:

O Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste” via industrialização e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região Norte do país. (OLIVEIRA, 1991, p. 29)

Na perspectiva do autor, destacamos o crédito à *indústria* e à *agricultura modernizada* como imperativos do desenvolvimento econômico; da mesma forma, a distinção para o Centro-Sul era um discurso que (re) afirmava a predominância desta sobre as demais regiões e atividades produtivas, ignorando os saberes e experiências regionais. Em um encontro realizado em 1967, chamado de “Operação Amazônia”⁹, vários políticos, profissionais técnicos e empresários do sudeste estudaram e planejaram, detalhadamente, a viabilidade de ocupação e exploração econômica das terras amazônicas, promovendo o retorno dos “paulistas” aos sertões como os fatores do progresso e da modernidade nacional.

No decreto que criou o Plano de Integração Nacional¹⁰ (1970) o governo do general Emílio Garrastazu Médici definiu como argumento a “urgência e o relevante interesse público de promover a maior e a mais rápida integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM”, cujos aportes de recursos financeiros se destinariam a financiar um plano de obras de infraestrutura. A fase inicial do Programa se referia à irrigação do Nordeste e à construção imediata de duas grandes rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

9. O resultado desse “encontro de trabalho” foi publicado em um Suplemento Especial do Jornal A Folha de São Paulo, em 16 de abril de 1967.

10. Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970, publicado no Diário Oficial da União em 17/06/1970. Site consultado <http://www.fiscosoft.com.br>. Acessado em 10 de junho de 2020.



Agindo assim, as campanhas publicitárias oficiais justificavam a Amazônia simbólica e fisicamente ligada ao Brasil; melhor dizendo: esses feitos significavam a confirmação de um “todo” nacional selada por alianças e/ou parcerias entre os poderes públicos das três esferas e complexos empresariais privados.

Além de estradas, os discursos anunciavam uma política de ocupação das terras que incentivava o assentamento agrário, sobretudo, numa referência às populações migrantes oriundas da seca e da pobreza do Nordeste. Nessa crença, contingentes de famílias do sudeste e sul do país também foram atraídos, mediante um bombardeio de “notícias” veiculadas sobre certas facilidades de aquisição de terras fartas e férteis disponíveis na Amazônia. Embora os programas oficiais dos governos militares incentivassem o deslocamento de pessoas de várias regiões do país em função da aquisição de terras agricultáveis, boa parte dos movimentos migratórios, entre as décadas de 1960 e 1980, foi dinamizada por iniciativas particulares que se originaram na gestão dos projetos de colonização privada.

Entretanto, as formas de condução de políticas públicas e a oficialidade dos programas governamentais desse tempo militarista enleada nas teias de interesses civis possibilitaram ao mundo empresarial (brasileiro e estrangeiro) uma multiplicação do seu capital monetário-financeiro-patrimonial sem precedentes, até então. A partir de incentivos fiscais¹¹, várias agroempresas, recorrendo a créditos subsidiados, se instalaram em terras amazônicas e deram início a uma dominação dos territórios (ocupados ou não) para transformá-los subitamente em negócios muito lucrativos,

11. Preceito de natureza político-administrativa que destina benefícios financeiros públicos à iniciativa privada e esta por sua vez devolve os “préstimos” ao Estado em forma de “contribuição” com o desenvolvimento e bem-estar social como, por exemplo, o emprego e a oxigenação da economia local e nacional. Por uma relação recíproca, essa prática político-econômica muito comum no Brasil, muitas das vezes se converte em dividendos eleitoral-empresariais.

fosse com a agropecuária e/ou especulação imobiliária. A partir disso, atividades concernentes à exploração de recursos naturais renováveis como a extração de madeira e mineração foram intensificadas com propensão ao esgotamento do solo e subsolo. Porém, as atividades que mais geraram (e continuam gerando) violência foram/são o recrutamento de mão de obra que, via de regra, tem se transformado em trabalho-escravo e a invasão de territórios indígenas.

Para os povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia – os amazônidas – os programas e projetos governamentais sempre significaram uma ameaça de desterritorialização no sentido mais amplo, que inclui o acesso à terra e a manutenção das culturas. Já para os pequenos agricultores estabelecidos (ou não), nos sertões amazônicos, há mais de meio século, o imaginário da aquisição de terras abundantes advindo do propalado discurso “homens sem terras para as terras sem homens”¹² recriava outras expectativas de sobrevivência nos sertões porque estes portavam o conhecimento de cultivar o campo. Para os *homens sem terras*, domar as matas e fazê-las produtivas seria uma atividade muito familiar pela experiência do saber-fazer, possivelmente aplicáveis à Amazônia, pois para eles – os sertanejos – o entendimento das promessas oficiais significava a provável e desejada posse da terra.

Paradoxalmente, as políticas oficiais pronunciadas em nome da segurança nacional, investiram na integração da Amazônia ao Brasil, estimulando a instalação de empresas nacionais e, sobretudo, transnacionais que exploravam e continuam explorando os recursos naturais em toda a região. Ao receberem os “préstimos” da nação, mineradores, pecuaristas, garimpeiros, empresários rurais e madeireiros

12. Frase cunhada pelo então general Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente militar (1969-1974), no intuito de convencer e estimular a transferência de 100 mil famílias pobres que viviam em bolsões de pobreza e tensões sociais no Sul e Nordeste brasileiros e assim, executar a ocupação da Amazônia.



estabeleceram suas empresas em territórios amazônicos, estes adquiridos oficialmente dos órgãos estatais e legalizados em cartórios; em pouco tempo os “negócios” modificaram radicalmente o funcionamento da vida e os valores e tradições habituais dos povos amazônicos. De forma geral, a concessão de grandes extensões de terra deu origem a imensos impérios fundiários, restando muito pouco a ser partilhado com aqueles que *marcharam* para enfrentar os desafios de trabalhar nas terras amazônicas.

Além disso, os investimentos estavam intimamente sintonizados com a especulação financeira da época, o que revela uma distância entre o *dito* e o *feito*. Acoplado ao ideário da integração nacional, o caso do complexo empresarial Agro-Pastoril Nova Patrocínio S. A., instalado na região do Médio Araguaia, nordeste de Mato Grosso, com administradores não brasileiros e sede em São Paulo, expressa esse tempo nacionalista em seus anúncios de 1967:

O PROJETO da AGRO-PASTORIL NOVA PATROCÍNIO S.A. conta com o apoio da SUDAM e visa a criação de bovinos, na FAZENDA PORTA DA AMAZÔNIA. A inversão total estimada para essa exploração deverá ser de Cr\$4.111.290,00. Este valor será proveniente dos recursos próprios dos empreendedores (25% do total) e dos recursos oriundos dos incentivos fiscais da Legislação do Imposto de Renda (75%). O projeto está isento de tributos por um longo período. Portanto, seus produtos terão preços reduzidos e conseqüentemente amplas vantagens competitivas. Assim, as perspectivas para o crescimento e valorização de suas ações, dentro de uma Amazônia com infinitas possibilidades e um fabuloso potencial de desenvolvimento, são enormes.¹³

Essa publicação dá a conhecer o jogo das cobiças que moviam os negócios na Amazônia. Por outro item do anúncio, afirmando que a prioridade financeira do investimento era transformar 75% do capi-

tal da empresa em ações preferenciais, é possível assegurar que o desenvolvimento da Amazônia abarcava exclusivamente os de “fora”, sobretudo, grandes empresários, e para os de “fora”.

Essas operações financeiras transformavam as terras amazônicas em bens de capitais e como tal, iriam produzir outras riquezas à custa da segregação das populações nativas tradicionais e dos sertanejos pobres. No texto que a empresa agropecuária Porta da Amazônia se anuncia, o que significam um “fabuloso potencial de desenvolvimento” e “infinitas possibilidades” da Amazônia? Seja como for, por certo, as populações tradicionais e imigrantes pobres não se incluem nesse modelo de desenvolvimento, ainda que as possibilidades pudessem ser mesmo infinitas.

A mineração era (e continua sendo) outra atividade revestida de muita violência para esses povos. Desde a década de 1950, empresas mineradoras adentram territórios indígenas e outros sertões para explorar o subsolo esperando arrancar da terra valiosos minérios, como ouro e diamante. A chegada de garimpeiros às reservas indígenas se intensificou com a abertura das estradas e o aparecimento de novos núcleos de povoamento, tanto quanto as hostilidades entre índios e não índios; da mesma forma, o comércio oriundo dos garimpos alterou a economia local e criou novas práticas sociais e culturais. As tensões geradas por esses convívios (garimpeiros, seringueiros, fazendeiros, madeireiros etc.) se converteram em confrontos que, muitas das vezes, chegaram a um grau extremo de violência.

Entre centenas de casos, um dos episódios que chocou a opinião pública internacional, denominado pela imprensa da época de “Massacre do Paralelo Onze”, ocorreu no começo da década de 1960, na reserva indígena Roosevelt, situada entre os estados de Mato Grosso e Rondônia e contabilizou o assassinato de quase 3.500 índios Cinta-Larga. O antropólogo Júlio C. Melatti relata:

13. Campanha publicitária do complexo empresarial-rural Agro-pastoril Nova Patrocínio S.A. Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, doc. A09.0.06AB.



[...] um homem chamado Francisco de Brito, que trabalhava para a [empresa] Arruda e Junqueira¹⁴, organizou um bando de garimpeiros e pistoleiros para expulsar os Cinta Larga de suas terras. [...] Brito alugou um avião e mandou jogar açúcar envenenado e dinamite em cima de uma aldeia Cinta Larga que estava em meio de uma festa. (MELATTI *apud* SILVA *et al.*, 1989)

Comentando o papel da imprensa e tentando recompor a tragédia, o indigenista Ulisses Capozzoli (2004)¹⁵ diz que “o grupo atingiu a maloca dos Cinta-Larga à noite, com armas engatilhadas e sem fazer fogo capaz de denunciar sua presença”. Um trecho do depoimento do seringueiro Ataíde Pereira dos Santos, um dos participantes dos assassinatos, diz:

Minha tarefa era só matar o chefe dos Cinta-Larga. O índio estava isolado e era o único que não trabalhava, encostado a uma pedra, parecendo fiscalizar os outros. Aí Chico Luiz me disse: “segura o capitão deles que eu acabo com o resto”. O Chico Luiz me escalou porque confiava na minha pontaria. [...] Eu quase dormi na pontaria, mas quando apertei o gatilho o índio caiu. (CAPOZOLLI, 20/04/2004, edição 273)¹⁶

Além de afirmar que logo após a mortandade as casas dos Cinta-Larga foram incendiadas, Ataíde faz menção a uma mulher que, sem esboçar nenhuma reação, foi amarrada de cabeça para baixo em uma árvore e assassinada com um só golpe de facão por Chico Luiz, o chefe do grupo. Em outro trecho desse mesmo depoimento, Ataíde reconstitui parte do diálogo que possa ter havido com seu chefe, e insinuando *negociar* a vida e a morte de uma das mulheres Cinta-Larga, afirma ter dito: “a gente pode ficar com a mulher. Ela é nova e bonita e se você não quiser a gente leva de presente pro Amorim”; o che-

14. O sobrenome Junqueira refere-se ao seringalista Antonio Mascarenhas de Junqueira, que ficou conhecido e “respeitado” em Mato Grosso pela sua prática de assassinar índios.

15. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em 20 de maio de 2020.

16. Site consultado: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em 20 de maio de 2020.

fe então teria lhe respondido: “quem quiser mulher que venha buscar mulher no mato”.

A repercussão internacional do caso “Paralelo Onze” gerou sérias denúncias de genocídio de povos indígenas no Brasil, incluindo o roubo, estupro, grilagem de terra, enganação, assassinatos, suborno, torturas e outras condutas violentas. A prática de fazer chegar alimentos, brinquedos, roupas e outros atrativos contendo veneno ou contaminados por vírus como gripe, sarampo, varíola e outras epidemias, foi (é) uma estratégia genocida muito comum porque está em jogo a posse da terra e seus recursos naturais. Ademais, esses métodos possibilitam apagar boa parte dos vestígios no caso de uma responsabilização criminal. No entanto, o que parece estarrecedor na percepção dos que vêm de longe não é mais tão espantoso para os que convivem frequentemente com a violência no campo. E isso acontece em todos os recantos amazônicos.

Nos sertões, as populações indígenas são as mais estigmatizadas porque a elas são imputadas a condição de empecilho ao desenvolvimento e ao progresso. É por essa razão que os “serviços de pisto-lagem” são contratados para fazer a “limpeza de área”, ou seja, o extermínio dos amazônidas.

Sobre o acesso à terra, o Estado brasileiro sempre dispôs de sua extensão territorial como um bem alienável e, portanto, do ponto de vista da cultura política, muito mais propenso a um modelo de latifúndios do que ao estabelecimento de políticas agrárias que contemplassem um número considerável de camponeses. Historicamente, isso impediu a organização de uma agricultura doméstica, ou seja, de natureza familiar (minifúndios). O primeiro governo militar (general Humberto Alencar Castelo Branco, 1964-1967) formalizou o Estatuto da Terra (Lei 4504, de 30/11/64) constando conceitos como imóvel rural, propriedade familiar, empresa rural, política agrícola e reforma agrária, entre outros, definindo também a função social da terra.



Embora a referida lei abarcasse diversas situações ainda não foi suficiente para dar respostas aos conflitos rurais, mesmo porque seu uso enquanto *corpus* jurídico privilegiou um modelo de colonização privada em detrimento da propriedade familiar. Gonçalves fala do desdobramento dessa lei:

Em 1964, o governo militar instituiu o Estatuto da Terra, a terceira normatização do estado sobre o assunto, que, embora em seu corpo estabelecesse critérios que visavam fortalecer a empresa rural e condenassem o latifúndio improdutivo, deixou-nos um legado de extrema concentração fundiária, além de consagrar a ideia de que uma grande propriedade modernizada era um objetivo a ser estimulado. (GONÇALVES, 2005, p. 51)

No decorrer das últimas cinco décadas, esse legado que trata o autor ganhou mais densidade com as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Com a subvenção do Estado (SUDAM, BNDES, BIRD etc.), vários programas e projetos foram instalados na Amazônia com a justificativa de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região. Por exemplo, o Projeto Jari (produção de celulose, 1967), Zona Franca de Manaus (1967)¹⁷, Projeto Carajás¹⁸ (extração de minério de ferro, dé-

17. Podemos pensar a Zona Franca de Manaus (Decreto-Lei no. 288, de 28/02/1967) como um protótipo de ocupação e desenvolvimento que foi rompendo os sertões, em que a industrialização se impôs ao extrativismo com a promessa de um progresso inaugural que se realizava na esteira das inovações das telecomunicações, na indústria de componentes eletrônicos e montadoras de automóveis. Em que pese as alterações urbanas, a Zona Franca era/é um progresso em que os postos de trabalho mais graduados pouco absorvia os amazônidas.

18. Com a escassez de manganês nos Estados Unidos (década de 1960), representantes da transnacional norte-americana United States Steel começaram a pesquisar o subsolo amazônico em busca desse minério, o que foi confirmado posteriormente. Com quase 900 mil quilômetros quadrados, a área da mineradora abrange terras do sudoeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Denominado de Projeto Carajás na década de 1970, este tinha como objetivo a exploração de minério de ferro, ouro, estanho, bauxita (minério de alumínio), manganês, níquel e cobre. A intensidade da mineração tornou Carajás a mina mais rica do mundo.

cada de 1970), Serra Pelada¹⁹ (extração de ouro, década de 1980) etc., pouco ou nada contribuíram com a promoção das populações autóctones e pobres da Amazônia.

Buscando conclusões

A Amazônia brasileira que no passado colonial era subscrita como lugar exótico, distante e periférico, no presente (sec. XX) tornou-se demasiadamente cobiçada pelo volume e exuberância da madeira, pelas reservas de minérios, pelas bacias fluviais que possibilitam a construção de hidrelétricas e pelas grandes extensões de terra para o cultivo da agricultura e pecuária extensivas. Ainda que em condições precárias, convém sinalizar o sentido que ocupavam os ramais de comunicação representados pelas rodovias Transamazônica (BR 230), Cuiabá-Santarém (BR 163), Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco (BR 364) e a Belém-Brasília.

Nesse processo de unidade nacional (século XX), a Amazônia brasileira comporta adversidades sócio-econômicas e culturais que vão do extrativismo à industrialização, da mineração ao *progresso* do agronegócio e à produção de energia (hidrelétricas). Esses territórios amazônicos continuam em disputas construindo situações e lugares onde as ações humanas alocam a vida humana numa imponente

19. Situado no sul do estado do Pará, Serra Pelada tornou-se o maior garimpo a céu aberto do mundo, com uma produção superior a 30 toneladas de ouro enquanto funcionou. No auge das explorações tinha uma das maiores concentrações de pessoas na Amazônia, (aproximadamente 100 mil garimpeiros) trabalhando em condições precárias de higiene, saúde e sociabilidade. Além da enorme depredação ambiental, eram comuns os acidentes de trabalho como soterramento em função de sucessivas quedas das escadarias e barrancos despencados, problemas dermatológicos pelo contato com umidade e águas contaminadas, problemas respiratórios em decorrência do refino do ouro tratado com mercúrio, entre outros. Por direito de contrato, a exploração da mina deveria ser feita pela Companhia Vale do Rio Doce, mas o governo militar decretou uma intervenção, comandada pelo então major Sebastião Rodrigues de Moura – o Curió – que, de posse de um mandato eletivo, se tornou o político-militar a comandar a produção da mina, as pessoas da mina, os negócios da mina e a região da mineradora como se fosse seu próprio quartel onde os comandados são obrigados a se comportarem com a devida submissão.



“geografia socialmente seletiva”, como define Gonçalves (2005, p. 109). Ainda com esse autor, podemos entender essas adversidades a partir de “o modelo de desenvolvimento que se alastrou por toda região, importado de outros lugares, de experiências estranhas, avessas ao lugar, sem incluir ou incorporar as populações nativas, que de fato têm a experiência de lidar com o patrimônio amazônico”, ao invés de um território soberano povoado por diferentes povos autossuficientes.

Sem pretendermos definir ou formular quaisquer verdades, mas mapeando discursos e práticas, a Amazônia é um debate complexo, passível de muitas outras interpretações e/ou decifrações, e está para além das fronteiras de sua história e da história do Brasil. Seja pelos Centros Agrícolas da República Velha, pelas Colônias Nacionais Agrícolas da Marcha para o Oeste, durante o Estado Novo, ou ainda pelas promessas e projetos de modernização do *Integrar para não entregar*, a ocupação e exploração das terras amazônicas, incluindo o Centro-Oeste brasileiro, não conseguiram estabelecer o povoamento com a produção de bem-estar social para as populações que lá habitam, conforme professavam os discursos oficiais e empresariais.

Referências

ARRUDA, Gilmar. **O chão de nossa história: natureza, patrimônio e identidade.** In: Patrimônio e Memória (ISSN – 1808–1967). Assis, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra.** Cuiabá: Edufimt/Carlini & Caniato, 2008.

CAPOZOLLI, Ulisses. 20/04/2004, edição 273. Sites consultados: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 20 de maio de 2020. <http://www.fiscosoft.com.br>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. In: **Rev. Bras. Hist.**, vol. 29, nº. 57. Dossiê: O Brasil visto de fora. São Paulo: junho 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônia.** Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não Entregar.** Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1991.

SECRETO, Maria Verónica. **A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas:** do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007.

SILVA, Marilene Corrêa. **O Paiz do Amazonas.** Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 1989.

-----//-----

Abstract: This paper deals with the recent occupation of the Brazilian Amazon, notably with regard to concepts whose social agents build multiple experiences. In general, the Amazonian world is made up of a tangle of images formulated over the last five centuries, both by several visitors, explorer travelers, “business man”, adventurers, royal emissaries, military, religious, etc., and even by native population, traditionals (or not), which in the collective of their cultural singularities help to build symbolized places sometimes by exoticism, sometimes by exuberance. Thereby, this study presents a mapping of the Brazilian Amazon, during 20th the century, with approaches in three “official times”, which, despite their different features, is about of *abrasileiramento* of Amazonian territories in the name of a disseminated “national unit”. In the triad demarcated by Telegraph Lines from Mato Grosso to Amazonas (First Republic), by March to the West (Vargas Age) and by National Integration Plan (military governments) are the modernity of purposes, civility and disciplining of multiple spaces and distinct populations.

Keywords: Amazon; Amazonian hinterlands; Amazonian.